

Quem é o homem?

O Papa Bento XVI recordou a importância de um dos grandes documentos do Concílio Vaticano II publicado 40 anos atrás: “À luz da centralidade de Cristo, a Gaudium et Spes interpreta a condição do homem contemporâneo, a sua vocação e dignidade, assim como os âmbitos da sua vida”¹.

Este documento oferece um horizonte imenso para a compreensão de quem é o homem. É meu propósito oferecer algumas pistas para que se entenda a importância que tem a visão antropológica cristã na orientação de muitos dos problemas contemporâneos.

NUNCA UM MEIO

“A Sagrada Escritura ensina que o homem foi criado «à imagem de Deus», capaz de conhecer e amar o seu Criador, e por este constituído senhor de todas as criaturas terrenas (...)”².

O homem é imagem do Criador, individualmente, pela sua inteligência e capacidade de se autodeterminar. Comentando a original solidão do homem descrita nas primeiras páginas do Génesis, João Paulo II explica que essa solidão é a expressão subjectiva – o modo como o homem experimenta – de ter sido criado à imagem e semelhança de Deus³. O homem não se identifica com as restantes criaturas. A conclusão de que está só no mundo é sinal do seu carácter excepcional. Essa solidão manifesta-se em que o homem tem a capacidade de conhecer e de se autodeterminar. Precisamente porque é livre pode estabelecer uma Aliança com Deus, um pacto. E pode colaborar com o Criador mediante o seu trabalho.

Porém, a semelhança com Deus não termina aqui. A sua capacidade de estabelecer com a mulher uma comunhão de pessoas, em que ambos se entregam e se recebem integralmente também mediante o corpo, faz com que essa união seja imagem da Comunhão de Pessoas divinas. Por isso, até o corpo, com o seu apelo à comunhão de pessoas, é imagem de Deus⁴.

Esta enorme distinção com o resto das criaturas faz do homem um ser que tem sempre de ser tratado de acordo com o que é. Nunca pode ser instrumentalizado, nem sequer em nome da “espécie”. A experimentação com embriões, por exemplo, contraria o carácter singular da vida humana.

“Menos visíveis, mas nem por isso menos inquietantes – escreveu o então Cardeal Ratzinger –, são as possibilidades de auto-manipulação que o homem adquiriu. Ele sondou os recantos do ser, decifrou as componentes do ser humano, e está agora em condições, por assim dizer, de «construir» por si o homem, que deste modo já não vem ao mundo como dádiva do Criador mas como produto do nosso agir, produto

que, para isso, pode até ser seleccionado de acordo com as exigências por nós próprios estabelecidas. Assim, sobre esse homem já não brilha o esplendor do seu ser imagem de Deus, que é aquilo que lhe confere a inviolabilidade, mas apenas o poder das capacidades humanas. Ele já não é mais do que a imagem do homem – mas de que homem?”⁵

Quando cada ser humano não é visto como sagrado, quase tudo se pode fazer do homem, pois quase tudo se pode fazer do resto da natureza. Por isso, o facto do homem ser à imagem e semelhança de Deus é a sua mais alta segurança. “O amor de Deus – afirmou recentemente o Santo Padre – não faz diferença entre o neoconcebido ainda no seio de sua mãe, e a criança, o jovem, o homem maduro e o idoso. Não faz diferença porque em cada um deles vê a marca da própria imagem e semelhança”⁶. Ao falarmos das consequências do ateísmo, voltaremos a ilustrar as graves consequências desta ignorância.

A LUTA CONTRA O PECADO: UMA QUESTÃO DE REALISMO

“O homem encontra-se, pois, dividido em si mesmo. E assim, toda a vida humana, quer singular quer colectiva, apresenta-se como uma luta dramática entre o bem e o mal, entre a luz e as trevas”⁷.

Trata-se de uma experiência universal. Há algo em nós que não está totalmente bem. Chesterton explicava assim essa consciência universal: “Aqueles homens, ainda que não fossem conscientes de nenhuma outra coisa, eram conscientes da Queda, e o mesmo se pode dizer da humanidade pagã. Os que caíam têm a lembrança inapagável da queda, ainda que possam esquecer-se da altura”⁸.

É perigoso esquecer a queda e também o é esquecer a luta a que ela convida com a possibilidade de se derrotar o mal no coração humano. Centremo-nos neste segundo ponto.

Quando se esquece que houve uma Queda, existe a tendência para atribuir a tudo o que há no homem um carácter irremediável. Simplificando a explicação de Paul Ricoeur, que chamava a Freud, Marx e Nietzsche os “mestres da suspeita”, João Paulo II afirmava⁹, por exemplo, que para Marx, o homem estava inevitavelmente submetido àquilo que em terminologia católica se denomina concupiscência dos olhos. Entendendo assim a avareza como uma nota intrínseca ao



homem, a solução para os problemas que esta ocasiona terá de vir de fora do coração humano, mediante a luta de classes: ninguém nem coisa alguma pode mudar a atitude interior do homem. Apenas se pode vencer ou ser vencido.

Por outro lado, o pensamento freudiano acusa o coração humano de estar irremediavelmente preso à libido. Sintoma de concordância com este diagnóstico é, por exemplo, oferecer como remédio civilizacional o preservativo: como sempre neste tipo de correntes pessimistas, propõe-se como solução algo externo ao homem, algo que não exija uma mudança no coração, mudança tida por impossível.

A visão cristã, realista no diagnóstico, oferece sempre remédio para os males do coração humano: a graça de Deus capaz de curar a liberdade humana, tem a capacidade de mudar o homem desde dentro.

SOMOS CORPO E ALMA

“O homem, ser uno, composto de corpo e alma, sintetiza em si mesmo, pela sua natureza corporal, os elementos do mundo material (...). Não pode, portanto, desprezar a vida corporal; deve, pelo contrário, considerar o seu corpo como bom e digno de respeito,

pois foi criado por Deus e há-de ressuscitar no último dia”¹⁰.

João Paulo II explicará que o corpo é expressão da pessoa¹¹. Isso significa que o corpo não é algo que se “tem”, mas algo que se “é”: cada um de nós é também corpo. Por isso, afirmar que o corpo é “meu”, propriedade pessoal e, deduzir, consequentemente, que se pode fazer dele ou com ele o que se quiser, é apenas uma meia verdade. Sem dúvida que a pessoa é fisicamente livre para fazer do corpo ou com o corpo o que quiser. No entanto, a questão principal é saber o que acontece com a pessoa quando actua “assim” com o corpo? Às vezes, parece que se contemplam milhares de clones de Dorian Gray, acreditando todos que, algures, deve haver um quadro num armário que pagará a factura das suas acções... Seria necessário que todos eles se interrogassem: as acções cometidas com o corpo como é que nos modificam? Como modifica a nossa vontade e inteligência, em que é que se transforma o “eu” quando comete, por exemplo, um adultério? Que marcas deixa esse acto na pessoa? Que inclinações e tendências? Que portas se fecham na dimensão espiritual, no respeito pelo outro? O corpo não é como uma camisola que se usa.

Um tópico mais: os médicos tratam doentes, não braços ou

figados. Não será porventura necessário extrair as ilações desta perspectiva, não apenas no sentido da responsabilidade do médico, mas também na compreensão da grandeza da sua tarefa?

A GRANDEZA DA INTELIGÊNCIA

“Porque a inteligência não se limita ao domínio dos fenómenos; embora, em consequência do pecado, esteja parcialmente obscurecida e debilitada, ela é capaz de atingir com certeza a realidade inteligível”¹².

Este é um dos grandes temas da Encíclica A Fé e a Razão, por mim já comentada nesta mesma revista¹³. Apenas acrescento uma breve consequência, uma vez mais relacionada com a manipulação de embriões. Não é humanamente racional que, quando se afirma a incerteza sobre a entidade do embrião, se continue a tratá-lo “como se” não fosse vida humana. As pessoas sábias procurariam a certeza de uma resposta, pois o tipo de actuação sobre o embrião não se compadece com a ignorância ou a dúvida. Não se pode racionalmente disparar tiros para um bosque sem ter a certeza de que lá não existe ninguém.

A PRIMAZIA DA CONSCIÊNCIA

“Pela fidelidade à voz da consciência, os cristãos estão unidos aos demais homens, no dever de buscar a verdade e de nela resolver tantos problemas morais que surgem na vida individual e social. Quanto mais, portanto, prevalecer a recta consciência, tanto mais as pessoas e os grupos estarão longe da arbitrariedade cega e procurarão conformar-se com as normas objectivas da moralidade”¹⁴.

Neste ponto gostaria de procurar explicar ainda que brevemente um tema de grande transcendência: **o da prioridade da ética sobre a técnica**¹⁵.

Há homens de ciência que reagem contra semelhante afirmação, considerando-a uma ingerência da filosofia num domínio que, no fundo, lhe é estranho. E, realmente, é importante justificar que não se trata de uma regra arbitrária ou voluntarista: como se houvesse alguém que, sabe-se lá por que razão, decidisse que a técnica se deva submeter à Ética. No entanto, a questão tem a ver com o próprio ser humano e com o correcto entendimento da ciência moral. Já para Aristóteles a Ética tem um estatuto singular, por cima da física ou das técnicas. Porquê? Porque a Ética se ocupa de dirigir o comportamento humano. Isto é, analisa os actos voluntários do homem e classifica-os segundo aperfeiçoem ou não o próprio homem em quanto tal, para os poder orientar. Qualquer acto em que participe a vontade (os actos livres) ou são bons ou são maus. Ou aperfeiçoam o homem e o encaminham para o seu fim último, ou são maus e devem ser evitados. Assim, como os actos dos cientistas são livres, necessariamente devem ser submetidos a um juízo ético. É certo que para os classificar, a Ética deve-se informar da natureza do acto, das suas consequências, etc. Não se trata de emitir um juízo no vazio, sem fundamento¹⁶. Mas os cientistas devem ter presente que nem tudo o que é tecnicamente possível, mesmo com finalidades “boas” (eticamente falando), deve ser feito. Há “meios” que envolvem opções da vontade contrárias ao bem integral de quem actua e/ou sobre quem se actua. Se este breve princípio se nega, isto é, quando se nega a primazia à consciência recta, abre-se a porta para as grandes aberrações. Na minha opinião, por



nem sequer se ter questionado este princípio, o mundo da ciência relacionada com a vida humana alcançou patamares e perspectivas frankensteinianas. Apesar da fria vulgaridade com que disso se fala, pensemos nos milhares de embriões congelados sem dó nem piedade. Protegem-se atitudes como esta à sombra de éticas que já não analisam a qualidade do acto voluntário na perspectiva do fim do homem (do seu bem integral), mas apenas estabelecem uma regras fabricadas ad hoc, com base em cálculos das consequências: trata-se de uma ética que serve os interesses já assumidos de alguns homens de ciência, mas que nunca será aplicada noutros âmbitos da vida humana. E assim pode suceder que os cientistas, enquanto tais, decidam reger-se por princípios ditos éticos, opostos aos princípios éticos do dia a dia. Simplificando o exemplo, pelo cálculo das consequências o homem de ciência, que opte por deixar-se guiar pela atitude descrita, aceitará congelar um embrião com vistas a, no futuro, servir para salvar a vida de dois seres humanos; mas nunca aceitará tal raciocínio se lhe fosse proposto que um filho seu doe os dois rins para salvar a vida de duas pessoas. É uma ética para esquizofrênicos, que camufla com habilidade a rejeição da prioridade da verdadeira Ética – aquela cujos princípios servem para todos os âmbitos da vida humana – sobre a ciência.



UMA LIBERDADE LIMITADA

“Deus quis deixar o homem nas mãos do seu desígnio. Para que ele procure espontaneamente o seu Criador e, aderindo livremente a Ele, consiga a plena e bem-aventurada perfeição. (...) A liberdade do homem, ferida pelo pecado, só com a ajuda da graça divina pode tornar plenamente efectiva esta orientação para Deus”¹⁷.

A liberdade é, certamente, um grande dom de Deus ao homem. Convém, saber, no entanto, que a liberdade humana é “real, mas finita”¹⁸, tem limites. É preciso saber reconhecê-los. O homem não é pura liberdade¹⁹.

Por exemplo, na Conferência de Pekin (1995), a visão antropológica da complementaridade dos sexos – homem e mulher – cedeu perante a ideologia do género: cada pessoa configuraria o seu próprio género livremente, fosse heterossexual, homossexual, bissexual ou restantes variantes. Erro básico: o homem não é pura liberdade. A liberdade apoia-se em alguém, em algo, onde ela sobrevive. Para saber o raio de acção da liberdade eu tenho de conhecer esse apoio. Não posso usar a liberdade para atirar-me do 30 andar e voar: seria desconhecer que a minha natureza não tem asas. Neste caso absurdo, trata-se de uma limitação física facilmente detectável que condiciona e orienta a liberdade. Mas há outros limites que também nos ensinam qual a finitude da liberdade, entre que “balizas” ela se pode exercitar. Eis um deles: a sexualidade da pessoa é anterior ao uso da

liberdade e, embora o seu exercício não seja, no ser humano, uma mera consequência biológica, o aspecto biológico é determinante e configurador da pessoa como homem ou mulher. Isto significa que quem exercita a liberdade é um homem ou uma mulher e não um ser sexualmente indiferente que, mediante a liberdade, se configura como homem, mulher ou o quer que seja. É certo que o ser humano tem a triste capacidade de viver a sua sexualidade em oposição àquilo que é. Mas então passa a ser alguém que actua contra o seu ser mais profundo. Nunca se transformará em algo que não é. Será tão difícil perceber o que o senso comum nos diz?

Uma dedução mais. Pelo facto do homem não ser pura liberdade, não basta entreter-se em executar actos livres, meramente isentos de coacção. Se assim fosse, qualquer opção, mesmo aberrante – um homicídio, um suicídio –, seria humanamente válida. Daí que a liberdade que liberta, que torna a pessoa mais dona de si, com maior capacidade de auto-determinação, necessite uma orientação. Não é infrequente apresentar-se a lei moral como um impedimento à liberdade pessoal: se tenho de obedecer a uma lei, então não posso ser livre. Mas essa perspectiva é já, em boa parte, resultado de uma deformação. Em geral não nos custa não matar os amigos. E não é preciso fazer esforço para tal: temos essa “lei” incorporada em nós. E se alguém chegasse junto de nós a lamentar-se, um dia e outro, de que não pode assassinar os seus patrões, suponho que o aconselharíamos a que se tratasse, medica ou espiritualmente. O gosto em cumprir a lei moral, em assumi-la, é, para uma pessoa realmente livre, a norma. Entender a lei moral como oposta à liberdade, significa que esta tende para o mal sem querer combater essa tendência. Trata-se de uma liberdade que não aperfeiçoa o sujeito. E então, interessará cultivar esse tipo de “liberdade”? Não será que a liberdade pode “adoecer”, empurrando o homem para a auto-destruição moral? Não se torna evidente que a opção pela droga ou pelo deboche sexual, por exemplo, são frutos de liberdades doentias, errantes, sem rumo?

CONSEQUÊNCIAS DO ATEÍSMO

“O aspecto mais sublime da dignidade humana encontra-se na vocação do homem à união com Deus (...). O homem não vive plenamente segundo a verdade, se não reconhecer livremente este amor e não se entregar inteiramente ao seu Criador”²⁰.

O ateísmo é raiz de muitos males. Em diversos documentos e de modo argumentativamente claro, João Paulo II mostrou as nefastas consequências do ateísmo “militante”. Alguns exemplos.

1) No n.º 13 da Encíclica *Centesimus annus*, João Paulo II explicou como o ateísmo é a primeira causa geradora de uma errada concepção da pessoa “que reduz o homem a uma série de relações sociais, e desaparece o conceito de pessoa como sujeito autónomo de decisão moral, que constrói, através dessa decisão, o ordenamento social”²¹. É essa concepção marxista que nega a legitimidade da propriedade privada, negação de um âmbito da liberdade individual da pessoal, em nome de um genérico bem comum. “A negação de Deus priva a pessoa do seu fundamento e consequentemente induz a reorganizar a ordem social prescindindo da dignidade e responsabilidade da pessoa”²². Recordará a História os horrores do comunismo?

2) Ainda na mesma Encíclica, João Paulo II recorda que a depilação da natureza induzida por um consumismo desenfreado, a chamada questão ecológica, tem, também ela, um erro antropológico de base: o homem, ao trabalhar sobre a natureza, parece esquecer-se que esse domínio “se desenrola sempre sobre a base da doação originária das coisas por parte de Deus”²³. O homem é colaborador de Deus no aperfeiçoamento do mundo e não dono absoluto deste. Esquecer-se do Criador leva-o a não se interrogar sequer sobre a conveniência das suas opções. De um modo interessante embora algo fantasioso e sem ir à raiz do problema, Jurassic Park explora esta questão.

3) A 27 de Agosto de 1989, João Paulo II redigiu uma Carta Apostólica pelo 50º aniversário do começo da 2ª guerra mundial. Ao analisar as origens do trágico conflito, escrevia: “Com efeito, em última análise, o paganismo nazi e o dogma marxista têm em comum o facto de serem ideologias totalitárias, com tendência a se tornarem religiões substitutivas. (...) A experiência mostrou, infelizmente, que o homem deixado só ao poder do homem, mutilado nas suas aspirações religiosas, torna-se depressa um número ou um objecto. (...) O abismo moral, no qual o desprezo de Deus e, por conseguinte, do homem, há 50 anos precipitou o mundo, faz-nos sentir o poder do «Príncipe deste mundo» (...)”²⁴. No final deste documento, alertava para o facto da mesma raiz se encontrar nos nossos dias: “Devemos observar, infelizmente, que em muitos âmbitos da sua existência, o homem moderno pensa, vive e trabalha como se Deus não existisse. Está aqui o mesmo perigo de ontem: o homem entregue ao poder do homem”²⁵. Pensemos no debate sobre a inclusão ou não das raízes cristãs na tentativa, até agora frustrada, de uma Constituição europeia... Já não se tratava de afastar Deus da vida dos homens de hoje, mas de O afastar até, com uma atitude de serôdia arrogância, das legítimas opções tomadas pelos nossos antepassados²⁶. Qual o novo preço que a humanidade pode pagar por tal “esquecimento”?

4) Por fim, na Encíclica sobre a Vida humana, João Paulo II recordava como na génese dos bárbaros atropelos à vida humana nascente se encontra, uma vez mais, a negação de Deus: “Antes, se se esquece Deus, a própria criatura se obscurece ». (Gaudium et spes, n. 36) O homem deixa de conseguir sentir-se como «misteriosamente outro» face às diversas criaturas terrenas; considera-se apenas como um de tantos seres vivos, como um organismo que, no máximo, atingiu um estado muito elevado de perfeição. Fechado no estreito horizonte da sua dimensão física, reduz-se de certo modo a «uma coisa», deixando de captar o carácter «transcendente» do seu «existir como homem». Deixa de considerar a vida como um dom esplêndido de Deus, uma realidade «sagrada» confiada à sua responsabilidade e, conseqüentemente, à sua amorosa defesa, à sua «veneração». A vida torna-se simplesmente «uma coisa», que ele reivindica como sua exclusiva propriedade, que pode plenamente dominar e manipular”²⁷.

O ateísmo tem, pois, gravíssimas implicações sociais. Daí que aos governantes do nosso País, respeitando os princípios de separação Igreja (Religiões) – Estado, talvez devessem reflectir se o modelo único de educação proposto, isto é, o laicismo ateu, não será um grave erro. Não só porque a existên-

cia de um modelo único é tudo menos neutral (neutral seria se a escola pública oferecesse vários modelos de opção), como essa própria opção retira à sociedade recursos que, para além de outros efeitos, a protegeriam de diversos males.

CRISTO, O HOMEM NOVO

“Na realidade, o mistério do homem só no mistério do Verbo encarnado se esclarece verdadeiramente”²⁸.

Terminamos como começámos. A visão cristã sobre o homem não é só para ser proposta aos cristãos. É possível propô-la a todos, mesmo sabendo que aqueles que desconfiam da Igreja receberão provavelmente com menos confiança esta doutrina. Mas deve ser proposta sem complexos porque corresponde à verdade sobre o homem.

A leitura da Constituição Gaudium et spes pode inspirar uma energia suplementar a quem desejar encontrar um rumo mais de acordo com a dignidade humana para a nossa sociedade.

¹ Bento XVI, *Alocução mariana* do domingo 20 de Novembro de 2005.

² Constituição Pastoral *Gaudium et spes*, n. 12.

³ Cfr. João Paulo II, *Audiência geral*, 10-10-1979.

⁴ Cfr. João Paulo II, *Audiência geral*, 14-11-1979.

⁵ J. Ratzinger, *A Europa de Bento na Crise de culturas*, Lisboa 2005, Ed. Aletheia, pp. 21-22.

⁶ Bento XVI, *Discurso aos participantes do Congresso Internacional promovida pela Academia Pontifícia para a Vida*, 27-2-2006.

⁷ Constituição Pastoral *Gaudium et spes*, n. 13.

⁸ G. K. Chesterton, *The everlasting man*.

⁹ Cfr. João Paulo II, *Audiência geral*, 29-10-1980.

¹⁰ Constituição Pastoral *Gaudium et spes*, n. 14.

¹¹ Cfr. João Paulo II, *Audiência Geral*, 31-10-1979.

¹² Constituição Pastoral *Gaudium et spes*, n. 15.

¹³ Cfr., por exemplo, João Paulo II, *Enc. Fé e Razão*, n. 83: “Só desejo reivindicar a capacidade que o homem tem de conhecer esta dimensão transcendente e metafísica de maneira verdadeira e certa, ainda que imperfeita e analógica.”

¹⁴ Constituição Pastoral *Gaudium et spes*, n. 16.

¹⁵ Cfr. João Paulo II, *Enc. O Redentor do homem*, n. 16.

¹⁶ “É um dever para os teólogos manterem-se regularmente informados sobre aquisições científicas, para examinar, quando necessário, se é ou não o caso de as ter em consideração nas suas reflexões, ou de fazer revisões no seu ensinamento” Em João Paulo II, *Discurso na Sessão Plenária da Pontifícia Academia das Ciências*, 31-10-1992 (na apresentação conclusiva da Comissão que estudou o «Caso Galileu»).

¹⁷ Constituição Pastoral *Gaudium et spes*, n. 17.

¹⁸ João Paulo II, *Enc. O esplendor da verdade*, n. 86

¹⁹ Cfr. João Paulo II, *Enc. O esplendor da verdade*, n. 46

²⁰ Constituição Pastoral *Gaudium et spes*, n. 19.

²¹ João Paulo II, *Enc. Centesimus annus*, n. 13.

²² *Ibidem*.

²³ João Paulo II, *Enc. Centesimus annus*, n. 37.

²⁴ João Paulo II, Carta Apostólica pelo 50º aniversário do começo da 2ª guerra mundial, n. 7.

²⁵ João Paulo II, *Carta Apostólica pelo 50º aniversário do começo da 2ª guerra mundial*, n. 13.

²⁶ Cfr a este propósito J. Ratzinger, *A Europa de Bento na Crise de culturas*, Lisboa 2005, Ed. Aletheia, pp. 23-28.

²⁷ João Paulo II, *Enc. O Evangelho da vida*, n. 22. Cfr. nn. 21 e 24.

²⁸ Constituição Pastoral *Gaudium et spes*, n. 22.